



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.273, DE 2024

(Da Sra. Delegada Adriana Accorsi)

DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO (PIA) PARA OS ALUNOS COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO, INCLUINDO-SE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NO TERRITÓRIO NACIONAL.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4823/2023.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2024
(Da Sra. DELEGADA ADRIANA ACCORSI)

DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO
INDIVIDUALIZADO DE AVALIAÇÃO (PIA) PARA
OS ALUNOS COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO
DESENVOLVIMENTO, INCLUINDO-SE O
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA),
NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NO TERRITÓRIO
NACIONAL.

Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento, matriculados no ensino fundamental I, fundamental II, médio, superior, técnico, tecnológico e profissionalizante, em instituições de ensino de todos os entes federativos e particulares, têm o direito ao acesso às medidas da Política de Protocolo Individualizado de Avaliação (PIA).

§ 1º – O direito ao Protocolo Individualizado de Avaliação (PIA), deverá ser concedido ao aluno, mediante simples requerimento, com indicação da CID (Classificação Internacional de Doenças) e juntada do laudo elaborado por profissional habilitado, ou cópia do RG com indicação da deficiência e CID, ou Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA).

§ 2º – A solicitação será cadastrada no registro do aluno e, a partir disto, serão implementadas as ferramentas necessárias para o seu melhor aproveitamento acadêmico.

§ 3º – Efetuado o registro do Protocolo Individualizado de Avaliação (PIA), será concedido até o término do curso, sendo vedado à instituição requerer revalidação do registro.

Art.2º – Consideram-se pessoas com transtornos globais do desenvolvimento as que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e da comunicação, ou repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo, incluindo-se nesse grupo pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).





Art. 3º – Para mitigar as barreiras às pessoas com transtornos globais do desenvolvimento, no ensino fundamental I, fundamental II, médio, superior, técnico, tecnológico e profissionalizante, as instituições de ensino de todo o sistema nacional de ensino deverão:

I – Simplificar ou fragmentar as atividades para facilitar a compreensão e bom desempenho dos alunos;

II – Adaptar as avaliações para permitir que os alunos apresentem seus conhecimentos por intermédio de exercícios práticos, trabalhos escritos, orais ou qualquer outra forma que seja possível para avaliar o aluno mediante suas aptidões.

§ 1º – Os alunos deverão indicar as condições especiais definidas neste artigo em seu requerimento, detalhando as providências pedagógicas especiais de que necessitem.

§ 2º – A instituição educacional tomará as providências pedagógicas especiais que os alunos demandam, de modo a manter sua constante adaptação às circunstâncias que se verificarem durante a implementação desta norma em sua vida estudantil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Fui procurada por lideranças maternas que fazem parte de grupos voltados a mães atípicas, em sua maioria cujos filhos possuem o espectro autista, e foi debatida a importância da implementação de uma avaliação que seja coerente com as necessidades de seus filhos.

A inclusão, mais do que nunca, é uma necessidade para uma sociedade que pretende seguir os preceitos da justiça e da democracia. Desconsiderar a inserção plena das pessoas autistas na vida escolar e acadêmica seria desobedecer ao disposto no artigo 205 da Constituição Federal, no que tange ao desenvolvimento pessoal e preparo para o trabalho, bem como ao que preconiza o inciso I do artigo 206.

Considerados pessoas com deficiência (PCDs) os portadores do espectro autista (TEA), de acordo com a Lei 12.764, de 2012, possuem todos os direitos legais aplicados a pessoas com deficiência. No caso de pessoas autistas, características comuns, como uma





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Delegada Adriana Accorsi - PT/GO

maior sensibilidade auditiva, dificuldade na compreensão da linguagem literal, maior dificuldade no planejamento e execução de tarefas, na comunicação e interações sociais, e questões relacionadas à psicomotricidade, requerem medidas que visem proporcionar uma maior igualdade de condições em relação às pessoas neurotípicas.

Considerando os níveis de suporte dos portadores de espectro autista (1, 2 e 3), uma avaliação diferenciada se impõe, já que seria necessário um tempo maior na resolução das questões avaliativas, um ambiente mais silencioso, proposições em linguagem mais objetiva e quaisquer outras medidas facilitadoras para a execução satisfatória das tarefas propostas. As medidas sugeridas se aplicariam ao ensino fundamental, médio, superior, pós-graduações, mestrados e doutorados.

Tais medidas, que resultariam na inserção e manutenção desses alunos nas instituições de ensino, teriam como consequência a inserção também no mercado de trabalho, impedida ou dificultada para aqueles que não conseguem se manter nas escolas e universidades, devido a aspectos da neurodivergência, pela qual não podem, obviamente, ser responsabilizados ou penalizados.

Sala das Sessões, em de 2024

Delegada Adriana Accorsi
Deputada Federal
PT/GO

